

1 **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA**  
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**  
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às  
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se na sala de reuniões do Conselho Universitário a  
5 Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FRANCISCO DE  
6 ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva,  
7 coordenador da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: André  
8 Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Antonio José de Almeida Meirelles, Diego  
9 Machado de Assis, Edson Tomaz, Lucas Marques de Almeida, Marisa Masumi Beppu e Sérgio  
10 Luiz Monteiro Salles Filho. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à  
11 Centésima Trigésima Nona Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio,  
12 passando à Ordem do Dia, que é composta por quatro itens. O primeiro é a terceira revisão  
13 orçamentária, destacado pela Mesa; pergunta se algum dos membros tem outros destaques,  
14 sendo destacados os itens 02 – 01-P-13866/01 –, que trata da criação de função gratificada de  
15 coordenador do Cenapad (a ser acrescida ao Anexo II da Deliberação Consu-A-16/19) e 03 –  
16 01-P-18408/17 –, que trata de acréscimo de gratificação de representação de coordenador  
17 adjunto para a ProEC. Submete à votação o item 04 – 01-P-477/20 –, suplementação de recursos  
18 para acordo de pagamento da taxa do lixo de 2014 a 2017, não destacado, sendo aprovado por  
19 unanimidade. Solicita que o senhor Thiago faça uma breve apresentação da terceira revisão  
20 orçamentária, que será projetada no telão. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que se  
21 trata do fechamento do ano de 2019, que apresentou um déficit no exercício de 2019 de  
22 R\$53,422 milhões, tendo as despesas da Universidade superado as receitas do tesouro do  
23 estado, atingindo 105,16%. As receitas de forma geral foram 0,7% menores do que estimadas  
24 inicialmente na proposta orçamentária, sendo a arrecadação ao final do exercício R\$17 milhões  
25 menor que o previsto inicialmente. Apresenta a somatória entre as receitas do tesouro do estado,  
26 que tiveram uma redução de R\$30,162 milhões em relação ao ICMS. O ICMS previsto na  
27 proposta orçamentária, de R\$108,203 bilhões, foi revisto na segunda revisão orçamentária para  
28 R\$106,184 bilhões. Em julho, a Secretaria da Fazenda informou uma previsão ainda menor,  
29 de R\$105,9 bilhões, e na terceira revisão aparece o número de R\$107,533 bilhões, explicado  
30 pelo fato de o estado ter lançado, em novembro de 2019, um novo programa especial de  
31 parcelamento do ICMS, o famoso PEP. Esse aumento se deve basicamente às arrecadações  
32 obtidas dos pagamentos à vista das adesões do PEP, que fizeram o ICMS subir. Outro dado  
33 apresentado é o da Lei Kandir, que não foi aprovada para o orçamento de 2019 e não foi  
34 repassada à Universidade. Apresenta também a diferença, que já entrou desde a primeira  
35 revisão, de arrecadação de dezembro de 2018, que diminuiu em aproximadamente R\$5,5 milhões  
36 a arrecadação, fazendo com que cheguem nesse valor de menos R\$30 milhões em relação ao  
37 previsto inicialmente. Apresenta no gráfico a seguir a evolução mês a mês de como foi a  
38 arrecadação do ICMS. Esse gráfico diferencia a linha do ICMS, azul pontilhada, e a linha do  
39 ICMS com o PEP, que é a linha preta pontilhada. Percebem que o PEP foi relativamente  
40 insignificante, por volta de aproximadamente R\$30 milhões em todo exercício, e chega em

1 dezembro realmente tem um salto por causa da adesão ao PEP, que dá um aumento de quase  
2 R\$1 bilhão na arrecadação do ano. Se não fosse esse novo PEP, a arrecadação estaria por volta  
3 dos R\$106 bilhões, como previsto na segunda revisão orçamentária. Na sequência, apresenta a  
4 tabela com os números da proposta orçamentária inicial, da segunda revisão orçamentária, da  
5 revista em julho pela Secretaria da Fazenda, e no final o arrecadado de fato. Em dezembro, há  
6 um acréscimo de quase R\$1,4 bilhão relativo ao PEP, que acabou diminuindo o déficit da  
7 Universidade, mas infelizmente, como isso se deve principalmente às adesões à vista, não deve  
8 ocorrer durante todo o ano de 2020. Provavelmente as próximas arrecadações serão de valores  
9 menores, e o PEP se manterá constante no exercício, não tendo mais um salto como apresentado  
10 aqui nesta terceira revisão. Na sequência, apresenta a arrecadação corrigida em valores reais,  
11 pelo IPG-DI, Fipe e IPCA, mostrando que apesar de a arrecadação ter crescido nos últimos três  
12 anos, imaginando que 2016 foi o pior ano da crise, em valores reais ainda está muito abaixo de  
13 anos anteriores. Então, o crescimento, embora esteja se mantendo constante, está aquém do que  
14 seria necessário para acabar com o déficit da Universidade. Seguindo a revisão, apresenta a  
15 receita própria da Universidade, que teve um aumento acima do estimado de cerca de R\$13  
16 milhões. Aparecem as diferentes formas de receita, as aplicações financeiras que, em razão do  
17 desequilíbrio entre despesas, vieram baixando durante os últimos anos em função da utilização  
18 do saldo das reservas financeiras da Universidade, mas aconteceu uma mudança a partir da  
19 segunda revisão. Previram um valor menor de arrecadação de julho a outubro, e ocorreu um  
20 rendimento maior do que esperavam, fato que depois se normalizou em dezembro, com o  
21 balanceamento entre o saldo financeiro. Houve um pequeno acréscimo entre o previsto  
22 inicialmente e o que vem fechando o exercício, um crescimento de 4,25%, mas lembra que em  
23 dezembro esse saldo já corroído pelo décimo terceiro deve se manter mais constante, não  
24 alterando muito o próximo exercício. Nas outras arrecadações, houve um aumento nas receitas  
25 geradas pela Universidade, pelas próprias unidades de ensino que vêm apresentando um  
26 crescimento desde a segunda revisão orçamentária. A receita própria teve um aumento de  
27 R\$13,11 milhões, o que leva a Universidade ter tido uma queda menor na arrecadação do que  
28 foi a queda do ICMS. As despesas de 2019 totalizaram R\$2,477 bilhões, situando-se 5,08%  
29 abaixo do montante estimado na proposta orçamentária inicial, o que corresponde a uma  
30 variação de R\$132 milhões a menos nas despesas. Dessa forma, executaram recursos menores  
31 do que os aprovados inicialmente para o exercício. No Grupo I - Pessoal acontece uma maior  
32 movimentação, com uma redução frente às despesas previstas, dividido não somente de uma  
33 redução de despesas decorrente da folha de pagamento, aqui também aparece um crescimento  
34 dos valores dos royalties recebidos pela universidade. Foram recebidos valores um pouco acima  
35 dos estimados inicialmente, e um dos motivos disso foi a alta do dólar; como ele terminou  
36 fechando o ano acima do esperado inicialmente, isso deu uma participação especial sobre os  
37 *royalties* do petróleo, um valor maior. Assim como nas outras revisões, foram colocados  
38 recursos para cobertura do déficit no orçamento dos hospitais para pagamento de horas extras  
39 e cobertura do déficit do Hospital de Clínicas para os módulos de plantões. Todas as despesas  
40 do ano foram lançadas, como reposição de gratificações, as promoções docentes realizadas do

1 exercício de 2019 que deram tempo de ser executadas; o reajuste salarial; novas contratações.  
2 Muito do que abaixa na terceira revisão é porque, diferente de exercícios anteriores, esse ano já  
3 na primeira revisão colocaram uma suplementação de vagas de contratação tanto de docentes  
4 quanto da Carreira Paepe para serem executadas no exercício. Esse valor abaixar na última  
5 revisão é um pouco do fato de que pela primeira vez estavam com as vagas que foram  
6 distribuídas ao longo do ano orçamentadas no exercício, então as vagas estavam sendo  
7 consideradas no orçamento para serem distribuídas, mas elas não geraram de fato a contratação  
8 das pessoas durante todo o exercício. Algumas entraram no final do ano e algumas estão  
9 fazendo ingresso na Universidade agora, e já estão orçamentadas na proposta de 2020. Seguindo  
10 as outras despesas, no Grupo II - Juros e Sentenças Judiciais fizeram apenas uma redução  
11 relativa a uma correção dos valores estimados, e lembra que a Universidade realizou todos os  
12 pagamentos devidos no exercício. No Grupo III – Despesas de Utilidade Pública, o crescimento  
13 apresentado se deve ao que já entrou desde a primeira revisão orçamentária, ao novo contrato  
14 de compra de energia elétrica para o período de 2019 a 2021, e alguns aumentos de consumo  
15 específico, como água na FOP e na SAR e água e energia elétrica na moradia estudantil. No  
16 Grupo IV – Restaurantes e Transportes, a redução se deve principalmente ao grupo de  
17 restaurantes, que sofreu uma diminuição das despesas projetadas com os gêneros alimentícios  
18 e também uma redução nas quantidades de refeições utilizadas no sistema. Estavam com uma  
19 previsão de um consumo maior do que aconteceu até o final do exercício. No Grupo V –  
20 Despesas Contratuais, também a redução de 5,5% se deve basicamente à redução de gastos em  
21 contratos estimados por demanda de utilização, e durante o exercício de 2019 alguns novos  
22 contratos foram acrescidos da proposta orçamentária na sua aprovação pela COP, e em alguns  
23 casos ainda não se realizaram até o final do exercício, então ajudou a diminuir um pouco esses  
24 recursos. No Grupo VI – Programas de Apoio, a redução se deve basicamente à transferência  
25 de recursos entre os grupos de despesa. Já o Grupo VII – Manutenção das Atividades Existentes  
26 apresenta um aumento expressivo, tanto em relação à proposta como em relação à segunda  
27 revisão orçamentária. Além das transferências de recursos de outros grupos de despesa,  
28 aconteceu a realização das despesas relativas a todos os empréstimos e suplementações  
29 aprovados pela COP para a cobertura do déficit apresentado pelo Hospital de Clínicas. Apesar  
30 de entrar como investimento autorizado, essas despesas foram transferidas pelo Hospital para  
31 o custeio e acabaram sendo utilizadas como custeio do mesmo. No próximo grupo, Projetos  
32 Especiais, a redução se deve majoritariamente às obras e aos investimentos que não se  
33 realizaram no exercício, lembrando que essas despesas que não se realizam em 2019 foram  
34 previamente orçamentadas para 2020, naquele saldo de R\$128 milhões, que já existe na  
35 proposta orçamentária de 2020. Além disso, teve a redução dos programas de desenvolvimento  
36 do quadro docente, onde alguma parte das despesas acontece no Grupo I e outra parte vem se  
37 realizar somente em 2020, e na utilização do programa de desenvolvimento do quadro não  
38 docente, as despesas estão ocorrendo a partir de janeiro de 2020, então são reduzidas nesse  
39 fechamento. Além disso, fizeram uma redução nos valores não utilizados do programa de apoio  
40 às unidades de ensino e pesquisa e cancelaram as estimativas de aporte que não foram

1 necessárias até o final do exercício. Ressaltam que as despesas aprovadas e não empenhadas no  
2 exercício de 2019 foram orçamentadas na proposta de distribuição orçamentária de 2020. Então,  
3 muito do que se reduz nesse programa é repassado para o ano seguinte, para a sua execução. O  
4 Grupo IX – Despesas Custeadas com Receitas Próprias tem uma redução básica por causa da  
5 transferência. No Grupo X, os créditos a conceder que normalmente são zerados no final do  
6 exercício, pela não execução, são automaticamente repassados na proposta orçamentária de  
7 2020. Na proposta orçamentária, o anexo 1 apresenta todos os investimentos feitos, e o anexo  
8 2 é relativo aos valores desse saldo que é transferido das unidades, tanto que está em posse da  
9 Universidade para serem distribuídos ainda. Em seguida, apresenta o balanço de receita e  
10 despesa, com o déficit de R\$53,4 milhões, um déficit que foi reduzido. Durante a proposta  
11 orçamentária, esse déficit era de aproximadamente R\$169 milhões, caindo agora na segunda  
12 revisão orçamentária para R\$53 milhões. A tabela mostra as diferenças, quais itens foram  
13 reduzidos e aumentados, e é interessante ver que em quase todos os itens de despesas ocorre  
14 uma redução ao final do exercício. Isso tem muita relação com a mudança na forma de  
15 elaboração das propostas orçamentárias, no sentido de que todas as despesas estão sendo nelas  
16 previstas. Então, o que vem reduzindo, o aumento, as suplementações necessárias durante o  
17 exercício. Para fechar, apresentam que, mais uma vez, a arrecadação não foi suficiente para  
18 arcar com todas as despesas do exercício. O saldo financeiro da Universidade iniciou o ano com  
19 praticamente R\$470 milhões e fechou com R\$401,619 milhões, em 31 de dezembro de 2019,  
20 muito fruto do comprometimento. Conforme solicitado pela COP no fechamento do ano  
21 anterior, apresentam em seguida o comprometimento das receitas do tesouro do estado com o  
22 Grupo I – Pessoal, e se vê claramente que nos últimos anos vem ocorrendo uma melhora nessas  
23 despesas de pessoal frente às receitas do tesouro do estado: passaram de 92,31% em 2018 para  
24 89,10% em 2019. Na sequência, apresentam o comprometimento de todas as despesas frente a  
25 arrecadação do tesouro do estado, mostrando que apesar de estarem longe do equilíbrio, ocorreu  
26 uma melhora no ano de 2019. No ano anterior, tiveram um comprometimento de 7,51% acima  
27 das receitas, em 2019 cai para 5,16%. Concluindo, de maneira geral, foi esse o balanço de  
28 receita e despesas da Universidade, que apresentou um déficit de R\$53,422 milhões no  
29 exercício, e um saldo de dotação não executada de R\$128,576 milhões, e já foi aprovado na  
30 proposta de 2020 a manutenção desse saldo. O senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que  
31 vai retomar um pouco o debate que já fez em outros momentos na COP e no Consu sobre a  
32 diferença entre o planejamento orçamentário e a execução final, no que diz respeito ao déficit.  
33 Na segunda revisão orçamentária, havia uma previsão de déficit de R\$244 milhões, mas  
34 finalizaram com R\$53 milhões, portanto mais ou menos 20% do que se estava discutindo na  
35 segunda revisão orçamentária. É uma diferença bastante significativa e que leva a pensar como  
36 poderiam elaborar o orçamento de forma que ele fosse mais fidedigno. Foram elencados  
37 motivos pontuais, como a questão do PEP em dezembro, que gerou um aumento da arrecadação.  
38 Mas a diferença do que era previsto para a arrecadação de dezembro com o que efetivamente  
39 foi arrecadado é de R\$30 milhões, valor ainda muito insuficiente para explicar essa diferença  
40 de quase R\$200 milhões. Seria uma somatória de questões, mas não é a primeira vez. Na

1 verdade, todo momento no fechamento do orçamento chegam com essa diferença entre o que é  
2 apresentado de déficit e o que realmente fecham no final do ano. Nos últimos fechamentos de  
3 orçamento, desde que está na COP, levanta esse ponto, e acha que está mais do que na hora de  
4 pensar em como vão conseguir efetivamente elaborar um orçamento que consiga ser mais  
5 fidedigno com a sua execução. Isso tem bastante a ver também com aquele debate sobre o saldo  
6 das unidades, que já foi exaustivamente debatido: preveem um déficit, que é virtual, ele  
7 sabidamente não vai ser completamente executado, mas ele sempre entra como uma despesa,  
8 que acaba inflando o déficit e, no momento em que discutem reajuste salarial, que discutem a  
9 crise, o valor que é usado é sempre aquele monstro dos R\$240 milhões, dos R\$190 milhões.  
10 Não é tarefa simples, não existe uma solução fácil, mas precisam pensar uma metodologia que  
11 torne mais real, mais concretos os planejamentos orçamentários e a sua execução,  
12 principalmente quando consideram o déficit. Um outro ponto, na folha que contém a  
13 movimentação do quadro do pessoal de 2019, é que na Carreira Paepe/Procurador está colocado  
14 como 1.736 promoções aqui 2019. Se entendeu bem, esse número se refere, na verdade, àquelas  
15 promoções que estavam orçamentalizadas para 2018, que se referiam ao IAC, ao  
16 desachatamento. Parabeniza o esforço da Reitoria de, com pouquíssimo dinheiro, conseguir  
17 fazer bastante propaganda, porque há quatro anos acabam apresentando um número e  
18 executando quase nada. Em final de 2017 discute-se uma proposta, cria-se um alvoroço de que  
19 haverá recurso para a progressão prometida para 2018; em 2018 não se executa nada, mas ficam  
20 naquela ansiedade de que vai ter alguma coisa, executa-se só em 2019 e chegam em 2020 ainda  
21 retomando aquele debate que começou no final de 2017. Então é uma forma de conseguir ir  
22 manejando esses dados, parecendo que está fazendo bastante promoção, em uma coisa que foi  
23 muito ínfima para os funcionários. E a mesma coisa vai se repetir com a progressão Paepe que  
24 está sendo paga só este ano, que deveria ter sido paga ano passado e que também no começo de  
25 2021 vão estar divulgando como promoção de 2020. É a segunda vez, não lhe parece mais um  
26 descuido; essa ideia de orçamentalizar um recurso para progressão Paepe, não executar e  
27 sempre deixar a execução para o ano seguinte parece que está se tornando uma prática, uma  
28 prática que considera bastante ruim de ser reiterada. E talvez se prometa novamente, porque há  
29 mais um grupo de trabalho para discutir novamente uma reformulação da carreira, e talvez nem  
30 vejam o recurso que foi orçamentalizado para 2020, que é muito pouco, inclusive, muito menor  
31 do que essas verbas dos outros anos. Talvez nem isso seja executado se seguir essa mesma  
32 metodologia. A carreira dos funcionários é a que explicitamente mais tem perdido poder de  
33 compra e capacidade de trabalho, pela redução de quadro e aumento da carga de trabalho.  
34 Portanto, essa é mais uma prática que não podem continuar repetindo, já foi feita dois anos  
35 seguidos, e para este ano espera que não aconteça novamente. O Professor ANTONIO JOSÉ  
36 DE ALMEIDA MEIRELLES diz que uma coisa importante, porque vão discutir isso nas  
37 próximas reuniões, seria tentar verificar qual é a contribuição das diferentes rubricas para essa  
38 mudança de valor do déficit, porque é uma mudança bastante grande. Sabem que eventualmente  
39 é a questão das unidades a principal contribuição, mas considera interesse ter alguma  
40 quantificação de qual é a participação de cada um dos aspectos que levou a essa redução, que é

1 muito significativa. Se foi a folha salarial, se foi uma arrecadação maior, se foi não gasto das  
2 unidades, porque imagina que isso vai ser um assunto discutido nas várias instâncias  
3 posteriores, na medida em que realmente chama atenção pela ordem de grandeza. Acha que  
4 esse é um processo positivo, no sentido de que estão afunilando, de alguma forma, uma  
5 organização orçamentária mais realista. O professor Paulo Fracalanza, quando era membro da  
6 COP, chamou várias vezes a atenção para esse problema de onde miram no início do orçamento  
7 e onde chegam no final. Então tiveram várias vezes essa discussão, que é importante. Vê três  
8 problemas que acabam enfrentando por conta de uma diferença muito grande entre um e outro  
9 número. O primeiro é que isso dificulta planejamento, pois projetam um déficit imenso e isso  
10 obviamente causa algum problema nas decisões de como usar os recursos. Ela acaba sendo uma  
11 posição muito cautelosa, mas, de toda forma, acha melhor que sejam realistas. Isso também cria  
12 um problema de imagem externa, pois é muito diferente divulgar um déficit de R\$200 milhões  
13 ou de R\$50 milhões. Isso gera desconfiança na comunidade interna, incerteza, as pessoas ficam  
14 sempre em dúvida sobre as razões que justificam uma ou outra coisa. Caminhar no sentido de  
15 ter uma conexão maior entre uma coisa e outra permite um diálogo que gere mais confiança.  
16 Então seria importante também na discussão desse assunto mostrar que isso é algo que a gestão  
17 e a COP estão fazendo no sentido de afunilar para algo que, sem afetar aquilo que talvez fosse  
18 importante lá atrás para os diretores, que era a certeza de que os recursos estão vinculados de  
19 alguma forma a um possível gasto, fazer o orçamento com mais realismo em termos de déficit  
20 é algo importante para o planejamento do conjunto da Universidade para gerar um ambiente de  
21 mais confiança externo e interno também. Faz essa sugestão de que se procure calcular quais  
22 são as questões que geraram esse efeito, essa diferença, para as pessoas terem uma noção de  
23 qual é o impacto de cada questão nessa decisão. Tem impressão de que deve ser a questão das  
24 unidades, não tem certeza, mas isso indica inclusive que a mudança é algo que vai no sentido  
25 de preservar aquilo tudo que estão querendo. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO  
26 SALLES FILHO parabeniza mais uma vez o trabalho e esforço da Aeplan e da PRDU. Diz que  
27 os recursos das unidades são basicamente a metade dos R\$128 milhões, são R\$64 milhões. Sua  
28 primeira pergunta é sobre os três itens: créditos retidos e programas controlados pela Aeplan,  
29 um segundo item com o mesmo título e mais um parêntese ali, estão falando aqui de R\$64  
30 milhões também. Esse conjunto de três itens valeria a pena esclarecer, porque se somam isso  
31 com os R\$53 milhões de déficit, chegam próximo dos R\$200 milhões, R\$180 milhões mais ou  
32 menos, e com os R\$30 milhões a mais em dezembro chegaria próximo dos R\$240 milhões, na  
33 sua interpretação. Também acha que é sempre bom ter a projeção realista e se por acaso forem  
34 mudar de alguma forma essas projeções, pensando agora em 2020 por vir, talvez valha a pena  
35 também colocar o fator risco como parte do planejamento orçamentário, no seguinte sentido:  
36 possuem uma incerteza razoável pela frente sobre como vai ser a arrecadação este ano,  
37 certamente haverá déficit, portanto a cautela continua importante para o planejamento  
38 orçamentário e financeiro da Universidade. Mesmo que o déficit não seja tão alto, a  
39 Universidade precisa tomar uma posição sobre como ela quer administrar o risco que está no  
40 seu cenário institucional, macroeconômico, ou mesmo do estado de São Paulo. A Professora

1 MARISA MASUMI BEPPU diz que esse assunto de como orçamentar aparece em toda  
2 revisão. Da última vez, sugeriram deixar expresso o que era o saldo das unidades, mas considera  
3 muito importante colocar um contraponto na evolução do entendimento do orçamento que  
4 tiveram, independentemente de se pensar em consumo interno ou externo do número, que acha  
5 que são contrapontos muito importantes. Primeiro, é uma revisão orçamentária muito mais  
6 transparente em todos os sentidos. Dentro do resultado colocado, acha que precisam fortemente  
7 parabenizar a PRDU, a AEPLAN, todos os ordenadores de despesas da Universidade, que  
8 incluem não só a Reitoria, mas os diretores de unidade também, que têm entendido o momento  
9 importante, o trabalho que tem de ser feito, que é realmente de dosar onde o recurso vai ser  
10 aplicado. Sabe que podem ser talvez simplistas em querer estimar o quanto as unidades  
11 poderiam utilizar para ter um orçamento mais fidedigno. Mas, de certa maneira, garantir que os  
12 diretores tenham esse instrumento na mão exatamente para decidir o momento da ordenação de  
13 despesa, e alguns desses momentos não são só ditados pelos diretores, muitas vezes são os  
14 próprios meandros burocráticos de uma compra etc. que impedem realmente a execução  
15 acontecer. Entretanto, acha que isso é muito importante de deixar no comando e na decisão das  
16 unidades. Se a Reitoria decidisse tirar esse saldo de R\$65 milhões das unidades, amanhã haveria  
17 protesto aqui em frente dizendo que estão cortando recurso das unidades. Pelo mecanismo  
18 transparente da Universidade, não se dá orçamento às unidades se eles não estiverem orçados  
19 na PDO. Então, acha que não é um mecanismo realmente simples, a distinção para que as  
20 pessoas entendam isso é um processo educativo e cada vez mais maduro de se trabalhar esses  
21 números, e considera muito importante que não retrocedam nessa maturação. É claro que  
22 podem dizer que há uma estimativa em cima de risco, como o professor Sérgio Salles disse,  
23 poderia ser que chegassem com todas as perdas no meio do caminho a um déficit de  
24 determinado valor, poderia acontecer, mas com peça orçamentária que dá a bandeira e dá os  
25 valores para as unidades trabalharem ao longo do ano, acha que precisam pensar muito bem  
26 nesses mecanismos antes de fazer qualquer proposta para ficar um pouco mais bonita para fora  
27 ou para dentro. Existe uma cadeia de ações administrativas e contábeis que deve ser respeitada.  
28 Outra coisa muito importante que precisa ficar muito clara é que se fizessem a velha história de  
29 recolher o que a unidade economizou ou deixou de utilizar, o que provavelmente aconteceria  
30 seria um uso não tão racional desses recursos. Tudo isso tem de ser colocado na balança, mas  
31 observa que, em parte por bons programas e talvez sorte também conte, então dezembro ajudou  
32 um pouco, mas houve esforço da Universidade, da PRDU, da gestão, em melhorar esses  
33 números. Deixa aqui os seus parabéns. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz  
34 que o professor Antonio Meirelles lembrou a batalha de anos do professor Paulo sobre a questão  
35 do Grupo X, que é a questão mais debatida aqui. Não vai repetir os argumentos, mas talvez  
36 sendo um pouco otimista enxerga a evolução na forma como isso tem aparecido tanto na  
37 proposta orçamentária como agora. Uma sugestão simples seria comparar a previsão  
38 orçamentária que está na proposta orçamentária, sem o Grupo X, com o efetivamente realizado.  
39 O SENHOR PRESIDENTE diz que essa informação está apresentada, basta fazer uma  
40 subtração. O valor de R\$132,717 milhões, menos R\$75,745 milhões resulta no valor que o

1 professor pediu, é isso que está entendendo. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI  
2 confirma. Na verdade, a previsão que carrega de um ano para outro, que se transfere para o  
3 seguinte, tem variação, porque são outros determinantes, como a professora Marisa acabou de  
4 dizer, às vezes não é só a precaução dos diretores; às vezes não conseguem gastar mesmo,  
5 principalmente quando é gasto grande, às vezes para, fica para o ano seguinte etc. Não acha que  
6 é substituir um número por outro. Pelo menos aqui na comunicação interna, possuem tempo e  
7 espaço para apresentar mais de um número. Nesse sentido, essa despesa contabilmente tem de  
8 ser puxada do ano anterior, não dá para tirar isso, e não podem negar que há um ajuste sendo  
9 feito na Universidade, que não é pequeno não, em uma situação difícil. E fora momentos  
10 pontuais, como é dezembro, esse ajuste não tem contado muito com a colaboração da receita, é  
11 um ajuste forte na despesa, então acha que isso deve estar na pauta de todas as discussões sobre  
12 o passado, sobre o presente e sobre o futuro também. Enxerga uma redução importante de gasto  
13 com pessoal, de despesas totais e algumas outras, o que se mostra nos números absolutos, mas  
14 também nas cifras. É bom ter em mente também as cifras de comprometimento com pessoal e  
15 com folha total, que vêm caindo em um ritmo que também não é tranquilo. Não é um  
16 economista muito fã de ajuste fiscal por si só, ainda mais porque a universidade pública não é  
17 ente estatal que gera despesa e cria sua própria moeda, então ela é diferente do orçamento  
18 público federal. Aqui evidentemente possuem uma limitação orçamentária muito clara, mas  
19 também não é um grande fã dos ajustamentos muito rápidos. Mas não sabe se no contexto desse  
20 comportamento da despesa podem dizer que o ajuste feito na Unicamp de 2016 para cá é tímido.  
21 Pelo contrário, o número de comprometimento com folha, com pessoal e despesas totais teve  
22 uma evolução que não foi pequena: a folha de 101% foi para 89%, é um espaço de tempo, dado  
23 todo o problema que isso gera, os prejuízos pessoais e discussões políticas que isso gera na  
24 Universidade, é um ajuste que deve ser valorizado, e não negado, seja para dizer que já está  
25 bom, seja para dizer que ele precisa ser redobrado. Possui três dúvidas bem pontuais: a primeira  
26 sobre a aplicação financeira das reservas. Deve ter limites legais; pergunta qual tipo de  
27 aplicação é, porque conforme o principal vai sendo consumido, evidentemente a receita tende  
28 a cair. Além disso, aconteceu ano passado uma redução muito forte da aplicação financeira  
29 tradicional, que foi uma queda importante, vem caindo a taxa de juros, e qualquer um que tenha  
30 algum dinheiro aplicado, mesmo que pequeno, percebe. Então aplicam o dinheiro no que pode,  
31 porque houve algumas aplicações muito rentáveis ano passado. Então, como a coisa foi mais  
32 ou menos equilibrada, piorou, depois melhorou bastante, pergunta como chegaram a um  
33 resultado de equilíbrio. Imaginava que a queda na receita própria de aplicação financeira fosse  
34 ser bem maior do que foi. Chamou sua atenção a estimativa de despesa com sentenças judiciais,  
35 que, na verdade, acabou sendo 10% a menos do que o previsto, mas de 2019 para 2020 deu um  
36 salto muito grande. Pergunta como é feita essa estimativa e o que leva a uma superestimação  
37 dependendo do caso. E por último, no detalhamento das despesas, em projetos especiais, são  
38 mencionados aportes de recursos aprovados pela COP para infraestrutura, e aparece o restauro  
39 do Cotuca, no valor de R\$2,8 milhões. Pergunta se esse recurso não é extraorçamentário, porque  
40 ao mesmo tempo em que passa no conselho curador da Funcamp, essa contrapartida da

1 Unicamp havia entendido que é orçamentária; ou pergunta se é mais do que o que foi aprovado.  
2 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA pede licença à COP só para inverter um pouco a  
3 ordem, responder as dúvidas do professor André primeiro, que são dúvidas pontuais, e como a  
4 parte do saldo vai gerar um debate maior, deixa para o final. Sobre as aplicações financeiras, a  
5 Unicamp não tem grande variedade de onde ela pode investir. Como possuem o termo base da  
6 venda da folha para o Banco do Brasil, a Unicamp possui um fundo de aplicação, que são os  
7 fundos do estado, onde fazem mais ou menos uma divisão em fundos de maior longo prazo de  
8 um recurso, e um fundo que equivale a deixar na conta corrente. Não possuem disponibilidade  
9 de pegar fundos melhores para investir durante o ano, então a rentabilidade segue um pouco o  
10 padrão do mercado, uma média, não é nada excepcional. Esse ganho apresentado aqui, na  
11 verdade, foi muito mais uma correção de expectativa que imaginaram baseada nos anos  
12 anteriores, que essa aplicação financeira ela viria diminuindo durante o ano. No primeiro  
13 semestre, ela acabou tendo uma redução, que imaginaram que iria continuar até outubro, e em  
14 novembro e dezembro sim a queda, por causa do décimo terceiro. Na verdade, apesar de a taxa  
15 de juros ter sido reduzida, a arrecadação fez com que se mantivesse um patamar fixo. Estimaram  
16 um valor de arrecadação menor, porque estavam estimando uma taxa de juros em cima de uma  
17 base menor. Na verdade, foi isso que aconteceu. Não foi nada de diferença de aplicação, foi  
18 mais uma falha de estimativa do valor. Entendem que os valores de novembro e dezembro  
19 estabilizaram no que haviam previsto, então é por isso que cita o valor de junho a dezembro.  
20 Sobre as sentenças judiciais, elas são previstas da seguinte forma: para a elaboração da proposta  
21 orçamentária, recebe da Procuradoria Geral o item de todos os processos dos precatórios que  
22 devem ser pagos no próximo exercício. No caso desta proposta, recebeu o valor de quase R\$8,5  
23 milhões, e entram na proposta orçamentária o precatório com o nome da pessoa e o valor. Além  
24 desses valores, a Universidade paga algumas sentenças de pequeno valor, são valores modestos  
25 perto desses, aproximadamente R\$1 milhão por ano. São aquelas sentenças que o juiz assina,  
26 chega e a Unicamp paga imediatamente, já vem com essa data, essas receitas de pequeno valor.  
27 Até alguns anos atrás, para essas sentenças entrava um valor de R\$10 milhões na proposta  
28 orçamentária, depois esse valor era corrigido na primeira revisão orçamentária, na segunda, e  
29 ia sempre aumentando durante o ano. A partir de 2018, foi tomada uma decisão de já colocar a  
30 correção monetária dentro desses valores. Então, o que foi previsto agora para 2020 tem o valor  
31 dessas sentenças fechadas em setembro, outubro de 2019. Fazem uma estimativa de gasto de,  
32 aproximadamente, R\$1 milhão dessas sentenças de pequeno valor e efetuam a correção de  
33 valores até a data de pagamento, que normalmente ocorre no final de outubro ou no final de  
34 novembro. O que aconteceu aqui que causou a redução foi que toda correção monetária que  
35 inseriram na proposta não precisava ter sido inserida, porque não foram executados esses  
36 valores. Além disso, durante o exercício, uma das sentenças foi retirada, saiu um valor de  
37 aproximadamente R\$160 mil, que foi revertido na justiça. Por isso se trata de uma correção de  
38 estimativa. Quando fizeram a proposta orçamentária de 2019, o valor que veio de precatórios a  
39 serem pagos no ano de 2019 era de, aproximadamente, R\$8,6 milhões. Já os valores a serem  
40 pagos em 2020 vieram por volta de R\$24 milhões. Então, assim, nesse valor fixo que teve um

1 grande aumento. Depende muito mais do que chegou de precatórios para serem pagos no ano  
2 seguinte do que alguma estimativa de pagamento ou não. Sobre o Cotuca, na primeira revisão  
3 orçamentária, surgiu pela primeira vez o movimento do Campinas Decor fazer um convênio  
4 com a Universidade, com a contrapartida da Unicamp de R\$2,8 milhões. Na verdade, esses  
5 valores foram orçamentados, mas eles não foram utilizados; não tem agora os detalhes, pode  
6 buscá-los para informar, mas foi obtido um recurso extraorçamentário pela Reitoria que pagou  
7 essa despesa, por isso ela executou via Funcamp. Em relação à queda do déficit, quando  
8 fecharam a segunda revisão orçamentária, estavam com déficit de aproximadamente R\$240  
9 milhões, que depois com aprovação de suplementação para o HC sobe para cerca de R\$250  
10 milhões. Dos R\$244 milhões, R\$65 milhões são referentes a saldo de anos anteriores, então  
11 esse fato de orçar ou não as despesas para o ano seguinte seria relativo a esses R\$65  
12 milhões, que no momento final seria descontado, como já foi feito em 2018. Esse é um dos  
13 fatos criticados na COP e esperam já ter resolvido ou estar resolvendo isso com a  
14 orçamentação de 2020, quando informam R\$75 milhões de déficit do exercício e R\$128  
15 milhões de saldo de anos anteriores. Durante o exercício de 2019, mesmo na segunda revisão  
16 orçamentária, quando mencionam os R\$244 milhões, estão informando que o déficit gerado no  
17 exercício é no valor de R\$180 milhões, e saldo de anos anteriores R\$65 milhões. Portanto, já é  
18 informado assim, não é o valor total. Lógico que uma queda de R\$240 milhões para R\$53  
19 milhões é uma diferença grande. Como já foi aqui mencionado, R\$30 milhões são relativos à  
20 arrecadação, portanto esse déficit seria, na verdade, por volta de R\$80 milhões, se não tivesse  
21 acontecido o PEP. E em grande parte ele é saldo. O saldo que estava sendo apresentado na  
22 segunda revisão orçamentária é de R\$65 milhões, só que esse saldo na virada do exercício passa  
23 a ser de R\$128 milhões, tendo havido a inclusão de algumas obras da PRDU que não estavam  
24 sendo orçadas na proposta, mas mesmo assim o repasse de 2019 para cá é um valor de mais de  
25 R\$100 milhões. Então, esses R\$100 milhões, considerados dentro dos valores anteriores, já vão  
26 fazer muita diferença, porque na segunda revisão, mesmo que imaginem que os R\$65 milhões  
27 não seriam executados no exercício, passariam para o ano seguinte, estão quase dobrando esse  
28 valor com recursos do Grupo VI ao Grupo VII, de coisas que não aconteceram. A dificuldade  
29 de entender o valor maior para o menor, talvez já consigam solucionar com uma divisão melhor  
30 em 2020, fazendo a separação do que é saldo dos anos anteriores. Mas, de qualquer forma, isso  
31 deve acontecer no final do ano seguinte, por uma razão muito clara; quando o senhor Diego cita  
32 o programa de desenvolvimento docente e não docente, os dois estão com recursos anuais para  
33 o exercício, nos dois programas não ocorreu nenhuma promoção, progressão de servidores em  
34 janeiro, nem de docente e nem de Paepe, então esses recursos no final do exercício vão ser  
35 reduzidos, eles entram mais como uma manutenção de um valor. Do valor informado para o  
36 exercício de 2020, se nada acontecer e essa folha se repetir para 2021, os valores vão ser os  
37 mesmos. Aqui há redução porque entraram na primeira revisão com valores mais de 70  
38 contratações. Essas contratações não ocorreram, esse valor foi retirado, mas ele foi orçamentado  
39 na segunda revisão e está na proposta, porque se imaginarem como dotação, esse valor está se  
40 mantendo constante. No executado, como fazem o empenhado, esse valor realmente abaixa.

1 Um caso claro disso são as obras da Universidade. Em 2019, pela primeira vez, entraram  
2 recursos para obras, já orçamentados no início do exercício, de R\$15 milhões. Esses R\$15  
3 milhões não foram executados, foi executado menos de R\$1 milhão, que foi o que a  
4 Universidade conseguiu priorizar na Depi e executar de fato. Os R\$14 milhões restantes estão  
5 baixando no déficit e estão sendo carregados para 2020. O saldo nas unidades, Administração  
6 Central e todos os centros orçamentários em 2018 era de quase R\$60 milhões. Para 2020, estão  
7 sendo levados saldos de R\$64,6 milhões. Isso revela um pouco do que a professora Marisa  
8 citou, que as unidades estão segurando, estão gastando o necessário, não fazendo investimentos  
9 a mais para terminar com todos os recursos possíveis, imaginando alguma dificuldade no futuro.  
10 Os valores das outras alíneas, quando há créditos retidos na Aeplan, já foram orçamentados em  
11 algum momento, suplementados na unidade, e na crise do ano de 2016 a Aeplan segurou esses  
12 recursos para fazer uma análise da devolução para verificar se foi destinado recurso para uma  
13 obra, a obra foi executada em um valor menor, se há algum recurso sobrando. Esses recursos  
14 sofrem uma alteração na segunda revisão orçamentária: o que foi orçamentado inicialmente em  
15 R\$75 milhões cai para R\$65 milhões nesta segunda revisão. É exatamente essa linha de créditos  
16 retidos na Aeplan após a análise dos valores. O que entrou em 2019 com R\$14 milhões passa  
17 para 2020 com R\$2,6 milhões. Ou, ao contrário, acontecem programas controlados pela Aeplan,  
18 que em 2019 entraram um valor de R\$2,332 e para 2020 estão entrando com um valor de R\$25,4  
19 milhões. Esses cerca de R\$20 milhões que aumentam são R\$14 milhões das obras que não  
20 foram executadas durante o exercício, além dos valores que entraram de planejamento  
21 estratégico que não conseguiram ser executados durante o exercício. Esse saldo está sendo  
22 levado para o ano seguinte, além de alguns outros programas específicos, como apoio a novos  
23 programas da Universidade. Na verdade, a diferença entre a segunda e a terceira linhas é que a  
24 segunda contém todos os recursos que foram previstos dentro da PDO do ano anterior, como  
25 recursos de Planes, de obras etc. Os R\$36 milhões da terceira linha são recursos desde os R\$2,8  
26 milhões aprovados pela COP para o Cotuca, também alguns itens de obras que estavam sendo  
27 orçamentados como lista da PRDU que entram nesse valor. Então, na verdade, a divisão dos  
28 R\$25 milhões para os R\$36 milhões é: os R\$25 milhões entraram na proposta de 2019 e estão  
29 sendo levados, e os R\$36 milhões estão sendo suplementados em algum momento, ou via lista  
30 de obras da PRDU no passado, ou em suplementações pela COP, como a cabine primária do  
31 CCUEC e alguns itens novos que foram feitos. Sobre as diferenças de orçamentação,  
32 seguindo até um pouco o que a professora Marisa falou, estão fazendo a proposta orçamentária  
33 e as revisões, principalmente a primeira e a segunda, em uma transparência que objetiva  
34 estabelecer qual o limite que a Universidade pode pagar. Então, se chegar aqui uma obra de  
35 R\$5 milhões e ela for aprovada pela COP, vão aumentar a proposta orçamentária em um déficit  
36 de R\$5 milhões, mesmo sabendo que uma obra dessa magnitude dificilmente será feita no  
37 mesmo exercício. Então, esse déficit inicial é um pouco das despesas que a Universidade aceita  
38 pagar. Imaginando que virem o ano com um saldo de R\$400 milhões, a despesa que vão tratar  
39 em primeira e segunda revisão é: se tudo acontecer hoje e nada mais for aprovado, quanto deve  
40 sair do caixa financeiro, de fato, da Universidade. No passado, chegaram a estar com R\$600

1 milhões de obras programas. Podem chegar a um dia estar com maior valor de despesas  
2 programadas do que possuem financeiro em caixa. Então, manter esse valor que vai reduzir no  
3 final do ano é um pouco na tentativa de equalizar ou tentar manter uma visão mais clara disso,  
4 porque mesmo que imaginem que terão um déficit de R\$53 milhões no exercício, pode ser que  
5 os R\$15 milhões de obras de 2019 que foram distribuídos sejam gastos no exercício e aumente  
6 em R\$15 milhões a despesa momentânea. Assim, considera mais prudente manter esse valor de  
7 forma total, ainda mais porque já estão dividindo o que é saldo, o que não é, talvez seja mais  
8 fácil assim. Se imaginarem que estavam com déficit de R\$244 milhões e tiveram R\$53 milhões,  
9 isso vai cair para uns R\$190 milhões. Teve R\$30 milhões de acréscimo de arrecadação, caindo  
10 para R\$160 milhões. Considerando o grupo de pessoal, em que não aconteceu o tanto de  
11 despesas do programa de desenvolvimento de carreira e de contratações que não foram  
12 executadas, acabam chegando a um valor muito próximo do saldo que foi transferido para as  
13 unidades. Na relação entre a proposta e a revisão orçamentária, entre os Grupos I e V os valores  
14 sofreram reduções de fato dentro da Universidade. Na grande maioria, o que teve nos programas  
15 de apoio até os créditos a conceder, apesar da redução, na verdade é uma postergação de  
16 despesas. Então, essa postergação entra muito no saldo. A parte de cima foi a parte que a que  
17 previram a mais do que foi executado. O SENHOR PRESIDENTE diz que em relação à  
18 divergência entre o realizado e o previsto, segue a linha de explicação do senhor Thiago.  
19 Possuem dois tipos de despesa relatados no orçamento: aquelas despesas que são estimadas,  
20 com contratos de água, luz etc. – se bem que, nesse caso, há uma reserva estratégica que permite  
21 que usem algum recurso já orçamentado para poder cobrir alguma variação –, de qualquer  
22 maneira, essas despesas possuem valor desconhecido *a priori*. E tem outros itens que são  
23 previstos como um teto, um limite, que é o que o senhor Thiago comentou aqui, o recurso para  
24 progressão e contratação. Esses recursos são todos previstos como um limite, isto é, o quanto a  
25 Universidade se dispõe a gastar no máximo com cada um desses itens. E para cada um desses  
26 casos a conta é feita pensando em 12 meses do ano, embora saibam que na hora da execução,  
27 por exemplo, no recurso para contratação de professores, ele nunca é realizado no dia primeiro  
28 de janeiro do ano, então a previsão para 12 meses é superestimada, é um valor que usam para  
29 fazer a conta, para dizer à CVD e para a CVND como elas devem distribuir recurso para  
30 contratação ou progressão. Então esses dois tipos de maneiras de apresentar os dados geram,  
31 naturalmente, essa visão de que fazem um orçamento que tem uma conta malfeita. Na verdade,  
32 não é uma conta malfeita, fazem isso propositalmente. E o importante para que tenham uma  
33 ideia do orçamento é que olhem para aqueles dados, com os quais todos já estão acostumados,  
34 já que as informações são todas dadas aqui no orçamento, e possam prever onde será possível  
35 fazer algum tipo de economia e onde não será. Desde que os dados sejam transparentes, desde  
36 que todos os dados sejam indicados, não vê nenhum problema em apresentar dessa maneira, já  
37 sabendo que haverá algum tipo de redução do déficit entre a primeira proposta de orçamento e  
38 a terceira revisão que é feita só dois anos depois – fazem a previsão em dezembro e a revisão  
39 só em março, dois anos depois. Tem a impressão de que podem sempre ir aperfeiçoando os  
40 detalhes. Por exemplo, antes, para saberem o quanto do orçamento era gasto simplesmente pela

1 transferência de recursos para as unidades e o quanto era o déficit exato do ano, tinham de  
2 calcular, fazendo uma subtração. Mas agora não, pois apresentam o déficit do exercício em duas  
3 linhas, não é nem necessário fazer essa conta de subtração. Em 2020, por exemplo, são R\$75,5  
4 milhões de déficit do exercício e R\$128,6 milhões de recursos usados para cobrir despesas  
5 aprovadas em anos anteriores. Com relação à terceira revisão, os dados estão todos aqui e cada  
6 pessoa fará uma análise de acordo com o item que julgar mais importante, mas todos os dados  
7 são fornecidos, salvo esse detalhamento dos créditos que estão retidos na Aeplan. O Professor  
8 SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO pergunta se o recurso de R\$64 milhões, de  
9 unidades, de maneira geral, contém compromissos assumidos dentro das unidades que não  
10 foram executados. O SENHOR PRESIDENTE responde que não; são recursos concedidos à  
11 unidade no começo do ano, porque eles sobraram dos anos anteriores. Não são recursos  
12 comprometidos, mas o PMP, PQO e tudo mais que restou de um ano e que volta para a unidade  
13 no ano seguinte. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO pergunta se  
14 recursos, por exemplo, de licitações que saem do orçamento da unidade e ela não consegue  
15 executar em um ano faz parte desse saldo que aparece para a unidade. O senhor THIAGO  
16 BALDINI DA SILVA responde que se já foi licitado e esse valor já foi empenhado, falta só a  
17 liquidação e pagamento, esse comprometido não está aqui. Se a unidade pega um valor, decide  
18 fazer a licitação de uma reforma e até o final do ano não acontece essa licitação, o recurso volta  
19 para a unidade. Ela poderá pegar em janeiro o saldo e utilizar para qualquer outra coisa. O  
20 Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que embora contabilmente esteja  
21 disponível, do ponto de vista do planejamento das unidades, nem todo esse recurso está  
22 disponível. Uma boa parte dele pode já estar alocada, e cita um caso ocorrido no IG, que não  
23 possui cadeiras no auditório até hoje por causa dessas licitações que seguidamente tiveram  
24 problema. Portanto, uma parte desse saldo as unidades estão querendo gastar e não conseguem,  
25 e uma outra parte elas não estão gastando porque estão contribuindo com economia geral da  
26 Universidade. Acha que para o futuro, a COP deveria ser uma comissão de planejamento  
27 orçamentário, porque ela faz o planejamento orçamentário aqui de fato, ela não é só uma  
28 comissão de orçamento e de sancionamento do orçamento e de patrimônio, como é hoje. Isso é  
29 uma questão mais para o futuro, evidentemente, para pensarem em como conduzir essas  
30 discussões aqui, no próprio papel da COP, não só aprovando ou não aprovando as despesas que  
31 estão previstas, mas também uma metodologia de planejamento orçamentário, pois tudo que sai  
32 daqui sairia com mais força. O SENHOR PRESIDENTE diz que, em tese, a COP é uma  
33 comissão de orçamento e patrimônio, o papel dela é o que ela está cumprindo, mas concorda  
34 que não custaria terem um papel de planejadores. Mas lembra que já há a Copei, que é uma  
35 câmara cujo propósito é planejar. Então, precisariam fazer algum tipo de planejamento  
36 deixando claro que não desejam quer entrar nas atribuições da Copei, mas acha que é possível  
37 fazer um planejamento complementar a ela e que seria muito bem-vindo. O Professor SÉRGIO  
38 LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que na verdade as discussões na Copei são de  
39 estratégia, são de outra natureza. Hoje considera a COP uma das instâncias mais importantes  
40 da Unicamp, em função da crise. Ela pode conduzir os assuntos no sentido de adiar as

1 discussões e esperar melhorar a economia, mas também pode ser discutido de uma outra  
2 maneira, focando em que a Unicamp diga quanto ela quer ter de reserva. Considera que esse é  
3 um ponto de partida dentro de uma crise financeira e dentro de um cenário de incerteza, tendo  
4 em vista que voltou com força a discussão da reforma tributária. Não sabe o que vai acontecer,  
5 não sabe se o governo consegue passar, não sabe o que vai passar, mas, de toda maneira, é algo  
6 que se for adiante poderá afetar a Universidade de uma forma muito forte. Então, precisam  
7 decidir quanto desejam ter de reserva, em uma situação de crise e incerteza como essa, ou se  
8 vão ficar nessa insegurança e planejar em cima disso. O SENHOR PRESIDENTE diz que além  
9 das incertezas, há o teto, que teve uma alteração recente, que terá um impacto de algumas  
10 dezenas de milhões. O déficit foi previsto em dezembro, e o despacho do presidente do Supremo  
11 saiu recentemente, portanto terão o impacto do teto sem que isso tivesse sido previsto. Então  
12 há sempre percalços que vão aparecendo ao longo do ano, do ponto de vista do orçamento, que  
13 precisam ser considerados. Embora concorde com o professor Sérgio que deveriam decidir aqui  
14 qual é a reserva que desejam ter, do seu ponto de vista particular, neste momento, dado o grau  
15 de incerteza, a proposta de reserva é a maior que conseguirem. Considera essa discussão  
16 absolutamente imprescindível quando estão com um saldo positivo, porque podem decidir o  
17 quanto gastarão a mais em investimentos, dado que vão poupar um certo valor até atingir uma  
18 reserva, e se a atingirem, então todo o resto do saldo poderá ser gasto em investimentos, o que  
19 é absolutamente imprescindível. Mas, neste momento, com a redução das reservas que vêm  
20 ocorrendo desde 2012 e que tem previsão de se repetir em 2020, portanto, pelo nono ano  
21 consecutivo, acha que o mais prudente é reservarem o máximo que conseguiram, considerando  
22 que já possuem uma previsão de mais de R\$200 mil, ainda que não integralmente, ainda que  
23 ela não seja realizada de forma integral, mas isso é bem prudente. Outro assunto que o professor  
24 Sérgio mencionou foi sobre as unidades, e essa tabela naturalmente traz os recursos que estão  
25 à disposição das unidades. Em cada unidade há essas nuances, aquilo que já foi destinado pela  
26 unidade a algum propósito. O que podem fazer nesse caso, supondo que isso sempre aconteça,  
27 é comparar o valor que tinha sido devolvido, transferido entre 2018 e 2019, com o valor que foi  
28 transferido de 2019 para 2020 pelas unidades. E o senhor Thiago comentou que no ano de 2018  
29 para 2019, passaram R\$59,3 milhões, e agora passarão R\$64,5 milhões. Então, na verdade,  
30 estão ampliando em R\$5 milhões os recursos que estão sendo passados das unidades,  
31 comparando com a passagem de 2018 para 2019. Estão transferindo neste ano R\$5 milhões a  
32 mais do que foi transferido entre 2018 e 2019, já supondo que entre 2018 e 2019 também  
33 existiam projetos que exigiam recursos, os recursos já tinham sido reservados pelas unidades e  
34 isso ainda não tinha sido executado. Esse é um esforço que as unidades fizeram para poupar  
35 recurso da Unicamp. Essa é a contribuição das unidades para a redução do déficit, R\$5 milhões,  
36 da ordem de 10% do déficit final. Nunca podem deixar de levar em consideração que estão em  
37 déficit, há um esforço geral da Administração para reduzir gastos, e esse esforço tem uma  
38 parcela de contribuição na redução do déficit. Há na redução do déficit coisas que são  
39 contraditórias: uma redução da arrecadação, compensada por uma redução dos gastos do  
40 pessoal, essa redução das unidades, algumas outras reduções e o que o senhor Thiago destacou

1 como o principal item, que são aqueles recursos que não foram gastos, tinham sido destinados  
2 ou pela Copei, ou de alguma maneira para obras, alguma coisa que não foi gasta. Esses são os  
3 recursos, essas são as fontes principais. Esses valores estão todos disponíveis, principalmente  
4 nessa tabela. Então, olhando para essa tabela, mas também olhando para outras tabelas, e  
5 olhando o texto que o Thiago redigiu, conseguem ter informação de onde foi poupado o dinheiro  
6 que reduziu o déficit. Lembrando que o déficit previsto para o exercício de 2019 na proposta  
7 original era da ordem de R\$93 milhões, e foi reduzido para cerca de R\$50 milhões. Há uma  
8 parte que é a economia das unidades, mas de forma geral esse é o resumo da economia que foi  
9 feita ao longo deste ano, considerando a proposta original e não considerando a segunda  
10 revisão; com relação à segunda revisão, há uma diferença muito maior, porque a previsão de  
11 arrecadação na segunda revisão era muito mais pessimista. Passando para a previsão da  
12 arrecadação, tirando a receita própria, que foi explicada pelo senhor Thiago para o professor  
13 André, estão seguindo exatamente o que foi fornecido pela Secretaria da Fazenda. É claro que  
14 teriam ficado muito mais tranquilos se em lugar de isso vir tudo como PEP no fim do ano,  
15 tivesse sido distribuído ao longo do ano. Não foi, infelizmente não possuem controle sobre essa  
16 informação, pois ela é administrada externamente. E isso os deixou muito preocupados ao longo  
17 do ano, um pouco mais tranquilos na virada do ano, porque felizmente entrou esse recurso  
18 adicional, que fez com que a reserva estratégica não fosse tão severamente reduzida agora. O  
19 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA observa que quando a arrecadação sobe, a reserva sobe  
20 um pouco. Se vocês olharem o número dos financeiros, não bate exatamente com o  
21 orçamentário porque, como a arrecadação de dezembro fecha dia 20 de janeiro, esse recurso  
22 financeiro entra em janeiro, fora do período orçamentário. O SENHOR PRESIDENTE diz que  
23 preferiam que essa informação fosse fornecida de forma mais precisa ao longo do ano, mas não  
24 podem contar com isso. Ainda assim, não atingiram aquilo que tinha sido previsto inicialmente.  
25 Com relação a um assunto que foi comentado pelo senhor Diego, que são as promoções, de fato  
26 o que ele comentou é verdade. O que está descrito aqui é o IAC que foi aplicado em 2019, com  
27 recursos que foram destinados em 2018. Os recursos de 2019 apareceram em 2020, e como ele  
28 mesmo comentou, existe a expectativa agora de que os recursos de promoção em 2020 sejam  
29 pagos efetivamente em 2020. Nomeou hoje uma comissão de 14 pessoas que fará uma proposta  
30 de revisão do processo de progressão na Carreira Paepe, e deu um prazo de dois meses, na  
31 expectativa de que essa revisão seja feita até um pouco além do meio do primeiro semestre, e  
32 que consigam aprovar isso na CIDF, posteriormente na CAD, com alguma antecedência, para  
33 que ainda neste ano consigam efetivar as promoções. Mas isso tudo vai depender; é sempre  
34 melhor fazerem uma revisão que satisfaça a um maior número de pessoas e que seja mais bem  
35 feita do que corrida. Acredita que vai ser possível em 2020, mas o senhor Diego terá muitas  
36 chances de lhe cobrar isso ao longo do ano, nas várias reuniões aqui da COP, da CIDF, da CAD,  
37 do Consu e assim por diante, que é a sua função mesmo, que é cobrar a Administração a respeito  
38 disso. Torcem para que a comissão chegue a uma proposta bastante palatável e que a CIDF  
39 aprove isso de forma relativamente rápida, e que consigam colocar isso em prática ainda em  
40 2020. O IAC foi uma solução criativa para resolver isso, para que não tivessem um atraso ainda

1 maior dos usos dos recursos de 2018, e verão se possuem uma solução criativa também para  
2 2020, de tal forma que consigam em 2020 aplicar os recursos de 2020. Lembra que possuem  
3 um déficit previsto para esse ano de R\$204 milhões. Sabem que não vão realizar isso, mas  
4 precisam ter claro que a reserva está acabando e que se essa reserva diminuir, terão de dizer de  
5 onde sairá o recurso. Dessa forma, não poderão mais fazer o que estão fazendo hoje; possuem  
6 um recurso que é transferido de um ano para o outro para as unidades, terão de cortar daí ou  
7 dizer que não há recurso para progressão e contratação desse valor. Então acha que o risco aqui  
8 é consumir significativamente essas reservas e enfrentarem problemas mais para frente. Acha  
9 que o prudente nesse caso é tentar não diminuir as reservas de forma significativa, reduzi-las  
10 sempre o mínimo possível, e mantendo o orçamento desse jeito, fazendo uma distinção entre o  
11 que é o gasto máximo e aquilo que é o gasto previsto. Acha que vão conseguindo distribuir o  
12 recurso que a Unicamp tem, de forma adequada, para que no fim do ano tenham um déficit que  
13 não supere R\$100 milhões, apesar de terem previsto R\$204 milhões, que já não ocorrerá por  
14 conta do teto. Mas a expectativa é que não gastem todos esses recursos; eles estão aqui no  
15 orçamento de 2020 porque está permitido o uso deles. Se pretendem não gastá-los  
16 completamente, terão de dizer quais são os itens dos recursos disponíveis em 2020 que esperam  
17 que não sejam gastos. Então se dizem que transferiram de 2019 para 2020 esse valor para as  
18 unidades, mas possuem a expectativa de que não gastem, terão de dizer para as unidades que  
19 alguém vai ter de fazer um controle, e na hora em que estiverem correndo risco de ultrapassar  
20 isso, alguém vai ter que dar o alerta e alguém vai ter que cortar. Por enquanto, não estão fazendo  
21 isso. Não podem só declarar que possuem essa expectativa de transferência e quando chegar  
22 em 2021 dizer que a expectativa furou. Se existe expectativa de transferir, em algum momento  
23 devem decidir aqui na COP quem vai detectar isso, como esse alerta vai ser dado e que controle  
24 vai ser feito se esse limite for violado. Se quiserem fazer isso, é alguma coisa que podem fazer  
25 no estilo planejamento que está propondo o professor Sérgio; a COP faz esse planejamento, o  
26 senhor Thiago vai acompanhando mês a mês, e no momento em que o saldo disponível bater  
27 no limite que estabeleceram para passar para 2021, isso acende um alerta e a PRDU fica  
28 controlando e fica dando dinheiro a conta gotas, de acordo com uma regra que vai ser definida  
29 aqui na COP. Por enquanto não é assim, por enquanto se a unidade quiser gastar todo recurso  
30 disponível, ela gasta. O que não acha razoável é dizerem que como sempre sobra, então podem  
31 contar que vai sobrar, e depois não fazer controle nenhum. Se quiserem fazer essa previsão, que  
32 já foi proposta mais de uma vez, devem estabelecer regras de controle dentro da COP e definir  
33 algumas atribuições à PRDU e à Aeplan para executá-las. O Professor ANTONIO JOSÉ DE  
34 ALMEIDA MEIRELLES diz que tem a impressão de que esse é um tema em que ainda não  
35 conseguiram estabelecer algum nível de consenso. Se entendeu corretamente a fala do professor  
36 André, ele pareceu sugerir que se fizesse um histórico dessas coisas, se visse como isso mudou  
37 ao longo do tempo, porque essas informações existem no passado, por exemplo, quando foi  
38 sendo transferido por conta de restos que as unidades não usaram, de um ano para outro. O  
39 problema de colocar que se fizerem isso devem fazer aquilo, é que misturam tudo. E ao misturar,  
40 isso cria problemas para enxergarem a realidade. Uma coisa é dizerem que precisam discutir

1 quanto desejam ter de reservas, e outra coisa é falar que vão fazer a reserva prevendo que vão  
2 transferir de um ano para outro e que as unidades não vão gastar. Prefere a proposta do professor  
3 Sérgio de discutirem explicitamente e negociar quanto querem manter de reservas. É um gasto  
4 tipo transferência de um ano para o outro que as unidades não usam é diferente de um gasto  
5 com folha salarial, que é preciso pagar. Os gastos têm pesos diferentes no uso de recursos da  
6 Unicamp; quando fazem uma aposta de que nunca nenhuma unidade vai conseguir gastar o que  
7 ela tem acumulado, criam um fantasma, porque isso não vai acontecer. Com todas as diferenças  
8 que possuem de opinião, ou de vontade de correr risco ou não, os dados devem ser enxergados  
9 como eles são, independentemente dos vieses de interpretação. Então acha melhor não misturar  
10 as coisas; existem gastos que podem eventualmente jogar para a frente, e existem gastos que  
11 são impossíveis jogar para a frente. Existe um déficit que vai ocorrer se as previsões de  
12 arrecadação e de gasto, que não tem como mudar, vão ocorrer, e existem outros que podem  
13 postergar. Enxergar isso com mais realidade lhes permite ter um planejamento melhor. Não  
14 acha que é só uma questão de beleza de déficit, porque isso é algo que faz parte do argumento  
15 e da negociação entre partes que têm interpretações diferentes. Se pelo menos possuem números  
16 em que as pessoas confiam, haverá uma base racional de discussão maior. Então seria explicitar  
17 isso, tomando os cuidados, pois para os diretores é uma coisa sensível. O professor Francisco  
18 mencionou a criatividade de resolver o problema dos funcionários, então propõe que usem a  
19 criatividade para iluminar essa questão de diferentes ângulos, para conseguirem explicitar as  
20 posições com mais racionalidade, discutindo uma base mais sólida. A contribuição para a queda  
21 do déficit é de todos: das unidades que não gastaram, da Reitoria, que conseguiu economizar  
22 gastos, e de uma arrecadação que mudou. Ver isso é também algo que lhes permite enxergar  
23 melhor o quadro. Não sabem como será o futuro, mas, de toda forma, tem o impacto. Diminuiria  
24 um pouco eventuais problemas, tornaria a discussão mais transparente, reduziria o nível  
25 potencial de ruído, de problema. O SENHOR PRESIDENTE observa que as tabelas todas que  
26 são apresentadas aqui servem justamente para que cada pessoa olhe e veja de onde veio a  
27 contribuição para a redução do déficit. Se verificam que o Grupo Pessoal teve uma redução de  
28 R\$18,2 milhões, então esse valor veio de contribuição de pessoal. Uma parte disso certamente  
29 é o que comentou o senhor Diego, é a previsão de progressão na carreira que acabou não sendo  
30 executada no ano de 2019, mas sim no ano de 2020. Então é claro que podem apresentar esses  
31 dados todos de outra maneira, mas a ideia dessas tabelas que o senhor Thiago apresenta é  
32 justamente fornecer essa contribuição. Por exemplo, R\$40,5 milhões são de projetos especiais,  
33 que são recursos que, em tese, estão comprometidos, que estão destinados e que ainda não foram  
34 executados. Se considerarem que os dados não estão suficientemente claros, podem sempre  
35 deixá-los ainda mais claros. Esse é o objetivo principal, é que o orçamento seja o mais  
36 transparente. Se for conveniente, por exemplo, fazer uma tabela mostrando historicamente o  
37 quanto as unidades deixam de saldo para o ano seguinte, podem incluir isso, é uma tabela muito  
38 fácil de fazer, porque podem só complementar a cada ano, agregar um ano a mais e mostrar o  
39 histórico dos últimos cinco anos. É uma informação relevante. Entretanto, há algumas coisas  
40 sobre as quais o professor Antonio comentou que não concorda. Quando colocam no orçamento

1 esses itens, estão dizendo que todos eles são importantes, então discorda que a folha de  
2 pagamento não tem como deixar de pagar, mas o recurso das unidades poderiam não pagar; até  
3 agora o recurso das unidades no orçamento não tem como deixar de pagar, por isso ele está no  
4 orçamento. Se acharem que isso tem como não pagar, cairão naquilo que comentou: podem  
5 dizer que o que esperam que as unidades gastem é determinado valor e terão de estabelecer  
6 algum critério de restrição. Até agora esse é um recurso que está no orçamento e que, portanto,  
7 não pode ser cortado, nem pela PRDU, nem pela Aeplan, nem por ninguém. Só quem pode  
8 cortar é o Conselho Universitário, que estabeleceu isso. Então, neste momento, o dinheiro das  
9 unidades é visto exatamente como o salário. Claro que no momento em que a reserva for tão  
10 pequena a ponto de não for suficiente para pagar todo esses recursos das unidades, terão de  
11 estabelecer prioridades, mas até lá consideram que tudo que está no orçamento é tratado de  
12 forma absolutamente igual, tudo aquilo poderá ser executado exatamente do jeito que está lá.  
13 A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz que tem assento na SP-Prevcom, no comitê RG-  
14 Unis, e lá em algum momento apreciam o orçamento da SP-Prevcom. E é interessante que vê a  
15 mesmíssima discussão lá; pessoas questionam por que o que foi orçado neste ano na SP-  
16 Prevcom não foi gasto integralmente, foi gasto metade, e o pessoal tem de explicar que o  
17 orçamento é uma autorização para gastar, para contratar pessoas, contratar os serviços, e muitas  
18 das vezes não conseguem concluir a licitação. Fizeram uma defesa muito clara de que precisam  
19 ter isso orçado, isso tem de estar lá de maneira realista, é assim que as pessoas fazem orçamento.  
20 Talvez ao longo do tempo, junto com a autonomia universitária, que foi muito importante,  
21 começaram a utilizar certas maneiras de calibrar o orçamento aqui internamente, mas o  
22 orçamento é feito dessa forma. Se desejam mudar essa forma, podem discutir. De 2012 a 2017  
23 foi feito de uma forma, e resolveram em 2018 fazer de uma maneira diferente; esse saldo era  
24 repassado para as unidades com base na definição da Aeplan, que colocava o quanto ela achava  
25 que as unidades iriam gastar, e todos iam até a Aeplan para perguntar o que tinham ou não.  
26 Acha que é importante o esforço de deixar claro o que cada um teve no seu saldo, no fechamento  
27 do seu sistema, nas respectivas diretorias, repassar isso para que não haja surpresas. Como o  
28 professor Sérgio já colocou aqui, às vezes a unidade não conseguiu progredir, não teve êxito  
29 em uma licitação, mas ela está contando com aquilo, e são situações extremamente importantes  
30 para o ensino, pesquisa e extensão, todas as atividades que fazem aqui dentro. Essa história de  
31 reclamarem que o orçamento que é colocado muitas vezes não se concretiza não é um privilégio  
32 da Unicamp. Isso acontece principalmente naqueles locais em que precisam de uma aprovação  
33 específica do estado para fazer o orçamento. Essa forma da autorização que o professor  
34 Francisco coloca é uma interpretação utilizada em muitos lugares, e a forma como os órgãos  
35 mais diretamente ligados ao estado utilizam para tratativa dos orçamentos. Podem sim discutir,  
36 atrelar a isso um planejamento, como o professor Sérgio falou, mas se forem falar do que é o  
37 orçamento, para o que serve e o que está acontecendo, ele é usado para outras coisas também,  
38 para a questão dos discursos políticos, das negociações etc., mas ele inicialmente é uma peça  
39 orçamentária, que depois vai influenciar a parte financeira da Universidade. O SENHOR  
40 PRESIDENTE diz que precisam lembrar que, em particular, gastos que envolvem pessoal,

1 como o que o senhor Diego mencionou, que é o gasto da progressão, mas também o gasto de  
2 contratação, são incluídos no orçamento e o impacto deles permanece, ainda que não seja  
3 sentido no ano em questão. Então quando autorizam um gasto, pode ser tanto para contratação  
4 como para progressão na carreira, esse gasto terá impacto sobre os anos subsequentes, e o  
5 impacto sobre os outros anos, é claro, é muito maior do que o impacto do ano a que se refere o  
6 orçamento. Este é o principal problema de inclusão de itens nessa rubrica de pessoal, porque  
7 essa inclusão tem um caráter mais perene do que a despesa de manutenção de atividades, que é  
8 mais localizada no ano em questão, e ainda mais considerando que as despesas de pessoal  
9 correspondem a cerca de 90% do gasto da receita do tesouro do estado que a Universidade  
10 recebe. Então, é preciso sempre levar em conta ao fazer esse planejamento que, quando dizem  
11 que conseguiram economizar, por exemplo, R\$5 milhões na progressão neste ano, isso não quer  
12 dizer que no ano que vem e nos próximos esse impacto não vá ser sentido; ele certamente será.  
13 Isso é algo que muitas vezes não fica claro quando fazem a conta do orçamento de um ano e  
14 dizem que não gastaram o recurso totalmente com progressão ou com contratação. Gastaram  
15 99,9%, porque o grosso desse recurso não se vê naquele ano, se vê nos anos seguintes, e o  
16 impacto sobre os anos seguintes ocorrerá. Só o que não estão vendo é o impacto nesse ano, mas  
17 do impacto todo, o que não estão vendo é uma fração ínfima. Mas gostou das sugestões, acha  
18 que podem, para vários desses itens, se isso esclarece um pouco, registrar o histórico de gastos,  
19 o histórico entre terceiras revisões orçamentárias. Podem estabelecer para vários itens aqui uma  
20 comparação histórica do papel deles, e isso talvez permita uma avaliação no sentido que  
21 desejam os professores André e Antonio. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI  
22 esclarece que o objetivo não é dizer que não olhem para esse número, que vão supor que ele  
23 passe mais ou menos uma mesma proporção de um ano para o outro. Provavelmente não será  
24 assim, até porque tem coisa que acontece em um ano que não acontece no outro. Mas acha que  
25 é mais informação na linha de ter mais parâmetros para avaliarem para onde está indo, porque  
26 no fundo tem o dado absoluto, tem o dado relativo e tem a evolução, e acha que isso é  
27 importante. Já comentou que essa é uma discussão infundável dos economistas, que o orçamento  
28 de uma entidade do setor público não pode ser visto exatamente como em uma empresa privada,  
29 mas também não são todas as entidades do setor público que têm a mesma liberdade de gerar  
30 despesa, e isso vai impactar na própria receita. Se a Unicamp quiser de uma vez gastar todo o  
31 seu dinheiro, esperando que a economia reaqueça, acha que vão ficar pendurados. Possuem uma  
32 situação intermediária, que não é nem o tesouro do estado e muito menos o tesouro nacional.  
33 Mas há uma diferença também, que acha que deve ser preservada porque, apesar de alguma  
34 dificuldade de colocar isso no papel, ela é uma coisa muito positiva e muito melhor na Unicamp  
35 do que outras autarquias públicas, que é essa sistemática de repor o valor não gasto de um ano  
36 para outro, pois isso permite planejamento. Na verdade, tem um pouco do fato de que às vezes  
37 a unidade quer gastar e não consegue, mas tem uma reserva que as unidades fazem de um ano  
38 para o outro, que, aliás, deve estar caindo, porque ao longo do tempo esses repasses têm  
39 diminuído. O grande corte particularmente nas coisas de manutenção foi em 2016, no total das  
40 rubricas orçamentárias, o que é repassado para as unidades. Certamente quem estava ali no

1 limite sofreu, mas a maior parte imagina que tenha uma certa precaução, já conta com a  
2 transferência. Se, formal ou informalmente, quebrarem essa regra, muda muita coisa, inclusive  
3 porque, como todos aqui disseram, estão trabalhando com a possibilidade de que se a unidade  
4 não conseguir gastar este ano, vai deixar para o ano seguinte. Há algumas discussões de  
5 orçamento público, e a história do orçamento base zero, que é uma insanidade tratar o setor  
6 público quanto a isso, zera tudo e começa tudo do zero. Então concorda com essa linha de tentar  
7 preservar esse lado bom do modo como funciona a administração, a descentralização da  
8 administração dos recursos, para preservá-los. Não é para ter um número, ter um outro e só falar  
9 um; podem falar dois ou três números, e particularmente de preferência da evolução deles. A  
10 discussão sobre usar ou não reservas quatro anos atrás era uma, hoje é outra, mas acha que os  
11 argumentos às vezes se repetem, tanto para um lado quanto para outro. Acha que reserva existe  
12 para ser usada em momentos de necessidade, e nunca houve uma crise desse tamanho. Olhar o  
13 passado recente com base no que foi discutido há cinco anos, dizer que erraram e deviam ter  
14 preservado a reserva em R\$1 bilhão, acha que também é uma coisa meio desfocada na  
15 conjuntura atual, porque isso teria provocado danos muito grandes ao funcionamento da  
16 Universidade. Então por isso acha que deve se valorizar a evolução das coisas, que tanto o  
17 déficit está caindo, quanto as percentagens de comprometimento vão diminuindo. O SENHOR  
18 PRESIDENTE diz que concordam perfeitamente sobre esse assunto. Na verdade, estão  
19 utilizando a reserva há bastante tempo e já existe previsão neste ano de usar. A previsão original  
20 deste ano era usar R\$204 milhões de uma reserva de R\$401 milhões, um pouco mais da metade,  
21 mas não há de fato interesse em zerar a reserva e muito menos em não usá-la e espremer a  
22 Universidade para que a reserva seja mantida nesse nível atual. Mas acha que como já estão  
23 com um nível de reserva suficientemente baixo, se fossem estabelecer um patamar desejável  
24 para as reservas, esse patamar talvez fosse superior ao que possuem. Se ele é superior ao que  
25 possuem, o objetivo é continuar usando as reservas, mas da forma o mais prudente possível. É  
26 isso o que vêm fazendo há algum tempo e é isso que estão se propondo a fazer também em  
27 2020. Os dados são claros o suficiente para que qualquer um dos membros da COP consiga  
28 fazer uma estimativa. Por exemplo, haviam previsto R\$26,8 milhões para os programas de  
29 desenvolvimento de carreiras docente e Paepe; já venceram dois meses, 1/6, então deixaram de  
30 gastar 1/6 disso. Esses números foram feitos supondo que o gasto ia ser distribuído ao longo do  
31 ano igualmente. Isso tem um lado bom também, que é terem uma ideia de que o que estão  
32 propondo para os demais anos é adicionar ao orçamento anualmente algo da ordem de R\$26,8  
33 milhões. Isso é o custo que terão em 2021, 2022, assim por diante, decorrente da medida que  
34 tomam neste ano. Mas também podiam ter pensado que não vão cumprir nada em seis meses,  
35 poderiam ter posto a metade disso e economizado R\$13 milhões. No entanto, depois seriam  
36 obrigados a executar isso na média em seis meses, não poderiam fazer em nenhum tempo maior  
37 do que isso. Acha que do jeito que está é suficientemente claro, mas se acharem que não, que  
38 esses números aqui são confusos, podem tentar para os próximos orçamentos fornecer uma  
39 estimativa talvez um pouco mais precisa, estabelecendo um número de meses diferente. Espera  
40 que todos ao menos tenham conseguido ver isso que está vendo, fazer as contas que está

1 fazendo, e então ter noção do impacto e verificar, por exemplo, que já economizaram, só neste  
2 ano, R\$5 milhões, que serão abatidos do déficit final por conta dessa economia. Não havendo  
3 mais observações, submete à votação o fechamento do orçamento 2019, que é aprovado com  
4 01 voto contrário. Passa aos itens 02 – 01-P-13866/01 –, que trata da criação de função  
5 gratificada de coordenador do Cenapad (a ser acrescida ao Anexo II da Deliberação Consu-A-  
6 16/19); e 03 – 01-P-18408/17 –, que trata de acréscimo de gratificação de representação de  
7 coordenador adjunto para a ProEC, destacados pelo senhor Diego em conjunto. O senhor  
8 DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que pode ser em conjunto porque a lógica é mais ou menos  
9 parecida. Ambos são propostas de criação de gratificação; não vai entrar no detalhe de cada um,  
10 mas seu questionamento é que quando foi refeita a tabela de gratificação no final do ano  
11 passado, foi apresentada uma reestruturação que visava chegar em patamares equivalentes  
12 àqueles corte linear que havia sido feito dois anos atrás. Naquela proposta, acha que várias  
13 prioridades ficaram de fora, várias gratificações, cargos que eram importantes foram ficando de  
14 fora. Não se trata agora da questão do aumento significativo de valores, até porque os valores  
15 que representam essas criações que estão sendo colocadas não são altos. O que não lhe parece  
16 correto é que essas gratificações sejam julgadas de forma separada daquilo que foi feito no final  
17 do ano passado com a reformulação da tabela, em que várias coisas que eram também  
18 importantes ficaram de fora. O argumento de que se tratou de uma imprecisão do momento da  
19 deliberação não é suficiente para julgarem os casos em separado agora. Por isso neste momento  
20 é contrário a essa aprovação; acha que essa discussão tem de ser feita em conjunto, então que  
21 isso seja colocado relativamente àquelas gratificações que ficaram fora, que foram cortadas e  
22 que possam comparar prioridades. É claro que todas as situações têm a sua importância relativa,  
23 mas foi esse o método proposto naquele momento, foi colocado que iriam cortar, porque precisa  
24 chegar m determinado valor, e elencaram-se prioridades. Se foi adotado naquele momento esse  
25 critério, acha que para essas novas deveria ser também adotado o mesmo critério. O SENHOR  
26 PRESIDENTE diz que foi aprovada em meados do ano passado uma revisão da tabela de  
27 gratificações, e o compromisso naquele momento era de que nenhuma outra gratificação fosse  
28 criada sem que fosse aprovada pelo Consu. A PRDU não tem este poder de criar as  
29 gratificações. Depois daquela aprovação, as unidades foram todas sendo recertificadas, mesmo  
30 aquelas que já haviam sido recertificadas em 2018. Então está sendo dada oportunidade para  
31 todas as unidades para a definição de gratificações que as próprias julgarem pertinentes. Essa  
32 revisão em geral está produzindo uma redução dos cargos gratificados. Mesmo nessas unidades,  
33 a ProEC e a PRP, há em geral uma redução das gratificações. A ProEC, por exemplo, já tinha  
34 sido recertificada em 2018, com uma redução dos gastos, e passou por nova revisão em 2019,  
35 com nova redução de gastos. Só que dentre as mudanças que a ProEC propôs, está a extinção  
36 de alguns cargos gratificados, mas ela propôs a manutenção desses cargos que existiam na  
37 certificação original, e que achou por bem não eliminar, apesar de eles não constarem da  
38 deliberação do ano passado, que tratou da tabela de gratificações. Então, de uma forma geral, a  
39 ProEC sofreu uma redução significativa do número de gratificações, e ela está propondo um  
40 ajuste. Esses dois pedidos da ProEC estavam previstos já naquela deliberação das gratificações,

1 porque eles estão pedindo que seja designado um coordenador adjunto para a Coordenadoria  
2 de Cultura e um coordenador ajunto para a Coordenadoria de Extensão dentro da estrutura da  
3 ProEC. Esse cargo já existia, mas ele foi criado na tabela com uma vaga, prevendo que na  
4 eventualidade de ser necessário designar alguém para ocupá-lo, que essa designação seria  
5 aprovada no Consu. Então, de certa forma, estão seguindo a indicação que foi feita pela  
6 deliberação da revisão da carreira, reduzindo o número de cargos gratificados, reduzindo valor  
7 gasto anualmente com as gratificações, e adequando isso à tabela. E permitindo que, em algum  
8 caso, mesmo com uma redução geral de gastos pela unidade, que seja criado este cargo  
9 específico de coordenador adjunto. Com relação ao cargo do Cenapad, de fato o cargo foi  
10 extinto e a proposta da PRP é que ele seja reintroduzido. A PRP julga que para coordenar o  
11 Cenapad é imprescindível que o cargo seja gratificado, sem o que não será possível executar  
12 corretamente essa tarefa de coordenação. Caberá ao Consu decidir se essa proposta é ou não  
13 pertinente, por isso a estão analisando aqui. De qualquer maneira, nas duas pró-reitorias houve  
14 uma redução substancial do gasto total com gratificações. Então o espírito da deliberação  
15 Consu, de redução dos gastos, foi preservado. A Professora MARISA MASUMI BEPPU diz  
16 que dois membros originais do GT estão aqui hoje, o professor Sérgio e ela, e quando todas as  
17 GRs foram estudadas, o assunto primordial que os fez classificar essas GRs e racionalizar a  
18 quantidade delas não foi primordialmente financeiro. Levaram em conta quatro eixos  
19 importantes que passavam pela complexidade do cargo, *liability*, que é o quanto há um impacto  
20 jurídico na função, dentre outros aspectos importantes. Isso criou uma determinada matriz, que  
21 foi muito debatida, e uma tentativa de homogeneização tanto de nomenclatura quanto de locais  
22 que deveriam receber essas GRs. Entende que há uma comissão muito importante, um comitê  
23 *ad hoc* que se debruça sobre a questão das certificações, mas vai colocar aqui realmente uma  
24 preocupação levantada pelo conselheiro Diego: um dos problemas que o próprio GT enxergava  
25 era a criação a conta-gotas de muitas outras GRs, sem sem causar na verdade um prejuízo,  
26 porque o mundo é dinâmico, as funções vão mudando, as responsabilidades também, e outras  
27 necessidades vão acontecendo dentro da própria Universidade. Tem a esperança de que o Consu  
28 vá colocar isso de uma maneira um pouco mais clara; acha que a COP está fazendo um trabalho  
29 aqui de dizer quanto custa, ou vai deixar de custar, mas o trabalho específico das GRs não passa  
30 somente pela questão financeira. Não sabe se o ideal seria marcar uma data específica do ano  
31 em que todas as GRs sejam revistas, porque também não podem substituir o que antes era uma  
32 canetada por uma questão de chegar muito em conta-gotas em um plenário como o Consu.  
33 Todos os pedidos devem ter o seu nível de mérito, e é importante realmente olhar os outros  
34 eixos também, acreditando que eles foram observados pelo comitê *ad hoc*. O SENHOR  
35 PRESIDENTE diz que, como já foi comentado, todas as certificações de todas as unidades e  
36 órgãos estão sendo revistas. Já revisaram na PRDU, com base no parecer do comitê *ad hoc*, e  
37 com conversas que foram feitas entre a PRDU e as unidades e órgãos, cerca de 50 unidades e  
38 órgãos, e os únicos pedidos que chegaram aqui foram esses três. Não há expectativa de que  
39 novos pedidos cheguem aqui. Ainda não chegaram à PRDU 18 unidades e órgãos, e tem a  
40 impressão de que não terão daqui para frente um número significativo de alterações. Acha que

1    revisar anualmente as gratificações todas, julgando pelo trabalho que tiveram agora, de refazer  
2    essas certificações, é uma tarefa inglória. Podem discutir as gratificações e, portanto, as  
3    certificações, com uma certa periodicidade, mas propõe que não seja tão frequente, porque é  
4    um trabalho insano. Envolve parecer de um comitê, trabalho dentro da unidade, uma conversa  
5    dos dirigentes da unidade com a PRDU, a aprovação na CVND, aprovação na CAD e  
6    eventualmente, como nesses casos, aprovação no Consu. Então é um roteiro bastante complexo  
7    e lento. Sua sugestão é que se não tiverem mudanças significativas, consigam analisar pequenas  
8    propostas de acréscimo, como essas que estão aqui, com base no mérito da demanda. A PRDU  
9    tem feito um esforço tremendo para que nenhuma gratificação adicional seja criada, esforço  
10   que deu resultado, a ponto de em 50 unidades, 48 terem passado com aquilo que havia sido  
11   previsto, só duas terem voltado à pauta do Consu, que são essas duas que vocês estão vendo  
12   aqui. Além disso, temos também o compromisso com a transparência. Não permitirão que  
13   nenhuma gratificação seja criada na base da canetada, no acordo entre o pró-reitor e a unidade.  
14   Toda vez que a criação de uma gratificação envolver algum custo, isso terá que ser feito  
15   passando pelo Consu. Acha que uma revisão completa da tabela agora seria uma tarefa hercúlea  
16   também, considerando a quantidade de acréscimos é bastante modesta. Há 1.300 gratificações  
17   e a proposta de criação de três. E, em contrapartida, essas mesmas unidades estão propondo  
18   uma redução significativa de outras gratificações. Então, do ponto de vista do balanço final do  
19   número de gratificações, não extrapolarão o número total previsto na deliberação Consu, estão  
20   apenas deixando de ter um tipo de gratificação para ter outro. O senhor DIEGO MACHADO  
21   DE ASSIS diz que se apresentaram nesse curto período de tempo, desde a aprovação da nova  
22   tabela, esses três casos que, sim, são pontuais. Mas concorda com a professora Marisa no  
23   sentido de pensar mais a médio e longo prazo qual a metodologia de aprovação ou não dentro  
24   de uma certa estrutura. Há poucos casos que se apresentaram agora porque ainda, além de ser  
25   muito recente, está dentro daquele susto da mudança, e há indicação de que as recertificações  
26   enxuguem mais a estrutura de gratificações, já que foi essa a recomendação da norma aprovada.  
27   Pergunta como pensar em uma metodologia em que as exceções acabam, dependendo do  
28   momento em que elas chegam, dependendo de como elas são apresentadas, sendo julgadas de  
29   forma desigual. Acho que a preocupação é mais no sentido de como conseguem colocar formas  
30   mais unificadas de julgamento disso. Até pela dificuldade, com um processo de aprovações em  
31   câmaras, de pareceres e depois ir para o Consu, talvez se unificam isso em alguns blocos seja  
32   mais interessante de que à medida que alguma apareça seja julgado individualmente. A  
33   professora Marisa colocou que quando surgiu o primeiro GT de revisão, essa questão do gasto  
34   financeiro não era aquele que apareceu, mas pelo menos no momento da aprovação estava  
35   muito atrelado que existia um valor que era o teto, e no momento em que se parametriza isso a  
36   componente financeira existiu. Acha que precisam pensar muito mais em uma política mais  
37   igualitária entre as unidades, em detrimento de pensar que é possível fazer agora só porque é  
38   um pedido muito pequeno. Criam-se muitas desigualdades se julgam isso de forma  
39   individualizada. Acha que seria interessante tentar fazer um bloco, que seja uma vez por ano,  
40   para tentar julgar esses pedidos, porque conseguem assim enxergá-los dentro da estrutura, e não

1 como exceções. O SENHOR PRESIDENTE diz que a preocupação é absolutamente justa. Acho  
2 que o tratamento é diferente agora porque se trata de ajuste das unidades que estão sendo todas  
3 recertificadas após a adoção da tabela. A proposta é que discutam, enquanto estão fazendo essa  
4 primeira recertificação, à medida que elas vão surgindo. Dentre as 18 unidades que faltam,  
5 encontra-se o HC, e se forem esperar chegar a proposta de recertificação do HC para julgar as  
6 outras, podem provocar um prejuízo para os órgãos que estão solicitando a gratificação,  
7 simplesmente porque a recertificação do HC é uma tarefa árdua, muito grande. O HC foi  
8 certificado em 2003 e de lá para cá não foi recertificado. É uma recertificação lenta, demorada.  
9 Uma vez recertificadas todas as unidades e órgãos, o que deve ser concluído ao longo deste  
10 ano, a orientação é que esses pedidos sejam analisados todos em bloco. Talvez possam  
11 estabelecer um procedimento único, homogêneo para todas as unidades e analisar isso  
12 periodicamente. O senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que sua proposta era que  
13 pudessem esperar a certificação desse primeiro bloco, até porque ao mesmo tempo em que a  
14 área da Saúde é um fator de demora para que esses sejam aprovados, também é o fator de mais  
15 incerteza de mudanças que podem vir. Acha que há muita possibilidade de virem pedidos de  
16 alteração na recertificação da área da Saúde. Mas não sabe se existe estimativa de prazo, se é  
17 no primeiro semestre, se é este ano, se é para além disso. O SENHOR PRESIDENTE diz que  
18 a perspectiva é de que seja neste ano. Há propostas de 16 que estão na unidade e duas que estão  
19 no comitê, que são as 18 que comentou que ainda não chegaram à PRDU. Uma parte das  
20 certificações que estão nas unidades já passaram pelo comitê, já passaram pela PRDU, estão lá  
21 para pequenos ajustes. Mas há essas da área da Saúde que estão nos órgãos para que eles façam  
22 a primeira proposta de certificação. Estabeleceram um prazo para eles, que vence em breve,  
23 mas depois disso a proposta tem de passar pelo comitê, a proposta volta para a unidade, para o  
24 órgão, vem para a PRDU e depois segue. A expectativa é de que as unidades proponham isso  
25 ainda nos próximos meses, mas não há certeza de que a tramitação disso até o final ocorrerá tão  
26 rapidamente. Acha que tudo deve ser feito dentro deste ano, mas a previsão é que ao menos  
27 para grandes órgãos da área da Saúde a certificação não saia tão imediatamente. Já para outras  
28 unidades que estão aqui pendentes, unidades de ensino e pesquisa, a tramitação é muito mais  
29 rápida. O senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que no caso do coordenador adjunto seria  
30 criar mais uma vaga, porque já tem uma, iria para duas. O SENHOR PRESIDENTE diz que  
31 consideram que essa vaga que está lá era uma vaga fantasia, que estava criada para ser utilizada  
32 posteriormente. Então efetivamente vão criar uma vaga, mas vão aprovar no Consu a criação  
33 das duas, ou seja, aquela vaga fantasia que tinha sido criada só para que o nome do cargo  
34 aparecesse na tabela terá o seu uso aprovado, e vão aprovar a criação de mais uma vaga de  
35 coordenador adjunto. O senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS pergunta se não daria para  
36 readequar a tabela, mantendo a estrutura equivalente em termos totais, de acordo com essas  
37 extinções que aconteceram nas certificações. Por exemplo, a gratificação do Grupo 8, que está  
38 sendo solicitada, que se adequa à tabela, acrescenta-se uma gratificação nesse grupo mas retira-  
39 se outra, que foi extinta na certificação, o que não mais existiria no processo de certificação.  
40 Com isso acha que não mudariam a estrutura da tabela, mantendo por grupo o mesmo número

1 de gratificações. O SENHOR PRESIDENTE diz que isso pode ser feito. A proposta nesse caso  
2 para o Grupo 8 seria reduzir o que é grande aqui, que é o coordenador de divisão de uma  
3 unidade, e a inclusão do coordenador do Cenapad que, se não está enganado, é Grupo 8. E para  
4 os do Grupo 9, que são os coordenadores adjuntos, a proposta é substituição de um coordenador  
5 de serviço por um desses coordenadores, já que precisam criar uma só, já que existe uma vaga  
6 já prevista na deliberação. O senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que nesse caso  
7 discorda, porque estaria tirando duas ocupadas por técnico-administrativos. O SENHOR  
8 PRESIDENTE observa que as pessoas que ocuparão em particular esses dois cargos da ProEC,  
9 se não está enganado, são técnico-administrativos. Podem substituir por algum assistente  
10 técnico, e teria de ser em algum local que têm número suficiente para essa supressão, que no  
11 caso do Grupo 8 acha que é só o coordenador de divisão, e no caso do Grupo 9 o assistente  
12 técnico e o coordenador de serviço, são os dois lugares em que podem fazer a substituição. O  
13 senhor DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que para ele não é natural essa ideia, é se só é  
14 possível com esses, retira sua proposta. Teria de haver uma equivalência inclusive, pelo menos  
15 na questão de estar ligado à Administração Central, porque não podem tirar das unidades de  
16 ensino e pesquisa. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à  
17 votação os itens 02 e 03, da forma como estão na pauta, que são aprovados com 01 abstenção.  
18 Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à  
19 apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho  
20 Universitário. Campinas, 27 de fevereiro de 2020.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 143ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 29  
de abril de 2021, sem alterações.*